

História do Brasil Império

Lenalda Andrade Santos



**São Cristóvão/SE
2011**

História do Brasil Império

Elaboração de Conteúdo
Lenalda Andrade Santos

Projeto Gráfico e Capa
Hermeson Alves de Menezes

Diagramação
Neverton Correia da Silva

Copyright © 2011, Universidade Federal de Sergipe / CESAD.
Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização por escrito da UFS.

FICHA CATALOGRÁFICA PRODUZIDA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Lenalda Andrade.
S237h História do Brasil II/ Lenalda Andrade Santos -- São
Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2011.

1. Brasil - História. 2. Brasil - História - Período Colonial,
1500-1822. 3. Brasil - História - Império, 1822-1889. 4. Escravidão.
5. Cultura I. Título.

CDU 8293

Presidente da República
Dilma Vana Rousseff

Chefe de Gabinete
Ednalva Freire Caetano

Ministro da Educação
Fernando Haddad

Coordenador Geral da UAB/UFS
Diretor do CESAD
Antônio Ponciano Bezerra

Secretário de Educação a Distância
Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-coordenador da UAB/UFS
Vice-diretor do CESAD
Fábio Alves dos Santos

Reitor
Josué Modesto dos Passos Subrinho

Vice-Reitor
Angelo Roberto Antonioli

Diretoria Pedagógica
Clotildes Farias de Sousa (Diretora)

Núcleo de Serviços Gráficos e Audiovisuais
Giselda Barros

Diretoria Administrativa e Financeira
Edélio Alves Costa Júnior (Diretor)
Sylvia Helena de Almeida Soares
Valter Siqueira Alves

Núcleo de Tecnologia da Informação
João Eduardo Batista de Deus Anselmo
Marcel da Conceição Souza
Raimundo Araujo de Almeida Júnior

Coordenação de Cursos
Djalma Andrade (Coordenadora)

Assessoria de Comunicação
Edvar Freire Caetano
Guilherme Borba Gouy

Núcleo de Formação Continuada
Rosemeire Marcedo Costa (Coordenadora)

Núcleo de Avaliação
Hérica dos Santos Matos (Coordenadora)
Carlos Alberto Vasconcelos

Coordenadores de Curso
Denis Menezes (Letras Portugêses)
Eduardo Farias (Administração)
Haroldo Dorea (Química)
Hassan Sherafat (Matemática)
Hélio Mario Araújo (Geografia)
Lourival Santana (História)
Marcelo Macedo (Física)
Silmara Pantaleão (Ciências Biológicas)

Coordenadores de Tutoria
Edvan dos Santos Sousa (Física)
Geraldo Ferreira Souza Júnior (Matemática)
Ayslan Jorge Santos de Araujo (Administração)
Carolina Nunes Goes (História)
Rafael de Jesus Santana (Química)
Gleise Campos Pinto Santana (Geografia)
Trícia C. P. de Sant'ana (Ciências Biológicas)
Vanessa Santos Góes (Letras Portugêses)
Livia Carvalho Santos (Presencial)

NÚCLEO DE MATERIAL DIDÁTICO

Hermeson Menezes (Coordenador)
Marcio Roberto de Oliveira Mendonça

Neverton Correia da Silva
Nicolás Menezes Melo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Cidade Universitária Prof. "José Aloísio de Campos"
Av. Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze
CEP 49100-000 - São Cristóvão - SE
Fone(79) 2105 - 6600 - Fax(79) 2105- 6474

Sumário

AULA 1

A Crise do antigo sistema colonial e a vinda da Família Real para o Brasil 07

AULA 2

A independência e a formação do Estado Imperial 23

AULA 3

Ação liberal x reação conservadora e as revoltas populares 43

AULA 4

O segundo reinado e a reconstrução da ordem 63

AULA 5

Conflitos na Região do Prata: a Guerra do Paraguai 83

AULA 6

Um panorama da economia do Brasil no século XIX 103

AULA 7

Da escravidão ao trabalho livre: o imigrante e o novo mercado de trabalho 119

AULA 8

Brasil Imperial: uma sociedade em transformação 137

AULA 9

Faces da cultura no Brasil Imperial 155

AULA 10

A crise do Império e a chegada da República 179

A CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL E A VINDA DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL

META

Proceder a uma revisão da política econômica que norteou as relações entre Portugal e Brasil no período colonial e abordar as mudanças que resultaram da vinda da Família Real ao Brasil.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- analisar a relação entre a economia colonial brasileira e o sistema colonial do mercantilismo;
- situar as mudanças que resultaram da transferência da Família Real no contexto de crise geral do antigo sistema colonial;
- ilustrar com o filme Carlota Joaquina o impacto causado pela instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro.



O embarque de D. João VI em pintura anônima.
(Fonte: Gomes, 2007, encarte.)

INTRODUÇÃO

Caros alunos. A grade curricular do curso de História da Universidade Federal de Sergipe comporta a segmentação da disciplina História do Brasil em quatro períodos. Além de Temas em História do Brasil Contemporâneo, vocês já cursaram História do Brasil I. Nesse caso, estudaram o processo de colonização e analisaram os fundamentos e a evolução da sociedade colonial brasileira, o que corresponde a um período de tempo de cerca de 300 anos. O conteúdo da disciplina História do Brasil II, aquela da qual nos ocupamos no presente material didático, limita-se ao século XIX. Cobre, portanto, o período imperial, que é também o da formação do Estado Nacional Brasileiro e de mudanças que começaram a preparar o país para adquirir a feição que conhecemos hoje.

Para um melhor entendimento do tema central do curso de História do Brasil II, surgimento e organização do Estado Nacional Brasileiro, é preciso conhecer fatos que o precedem e com os quais tem relação, daí termos escolhido para assunto do nosso primeiro encontro a crise do Antigo Sistema Colonial e a vinda da Família Real para o Brasil.

ANTIGO SISTEMA COLONIAL

Autor de referência quando se trata do tema do sistema colonial, Fernando Novais define seu objeto de estudo como “o conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias, num dado período da história da colonização; na Época Moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa”. O acréscimo de outra categoria de análise, mercantilismo, fez surgir a expressão Antigo Sistema Colonial da era mercantilista, sobre a qual Novais dá a seguinte explicação:

Nem toda colonização se processa, efetivamente, dentro dos quadros do sistema colonial; fenômeno mais geral, de alargamento da área de expansão humana no globo, pela ocupação, povoamento e valorização de novas regiões, [...] a colonização se dá nas mais diversas situações históricas. Nos Tempos Modernos, contudo, tal movimento se processa travejado por um sistema específico de relações, assumindo assim a forma mercantilista de colonização [...] Noutras palavras, é o sistema colonial do mercantilismo que dá sentido à colonização européia entre os Descobrimentos Marítimos e a Revolução Industrial. (Novais, 1983, p57-58).

Caros alunos, antes de avançar na nossa conversa sobre a crise do sistema colonial dêem uma olhada no material didático das disciplinas História Moderna e História Econômica. Revejam o que aprenderam sobre

os fatos mais marcantes do período entre o século XVI e o século XVIII, especialmente daqueles relacionados à evolução do capitalismo.

Vocês sabem que o incremento da atividade comercial no final da Idade Média acabou impulsionando países do Ocidente europeu a realizarem viagens marítimas em busca de metais preciosos e de mercadorias de valor comercial. Sabem também que o montante dos lucros alcançados com o acesso aos mercados orientais, a exploração da costa africana e a apropriação de partes do continente americano, tiveram profundas repercussões na Europa. Criaram as condições para a superação do feudalismo e deram as bases para a vitória do capitalismo.

E é justamente nessa fase de transição que se situa o sistema colonial de que ora tratamos. Para dar sustentação às monarquias absolutistas e atender aos interesses da nascente burguesia, intelectuais da época procuraram explicar a exploração das colônias elaborando princípios de uma doutrina econômica, que veio a chamar-se mercantilismo. Partindo da idéia metalista, segundo a qual o nível de riqueza de uma nação é medido pelo montante de metal que possui, a política econômica dos países europeus organizou-se no sentido de alcançar uma balança de comércio favorável. Para isso, além de aumentar a produção interna, era preciso controlar mercados externos e afastar a concorrência.

É aí que entram as colônias. Para conseguir vender mais do que era necessário comprar, e ainda fazer isso com uma grande margem de lucro, os países que lideraram a prática do mercantilismo: Inglaterra, França, Holanda, Portugal e Espanha, detinham o monopólio do mercado colonial. Pelo regime do exclusivo metropolitano, as colônias só podiam manter relações comerciais com as respectivas metrópoles. Dessa forma, os comerciantes metropolitanos podiam cobrar preços muito altos pelas mercadorias que vendiam aos colonos: manufaturados, maquinários, artigos de luxo, etc., ao mesmo tempo em que forçavam para baixo os preços do que era produzido nas colônias, a exemplo do açúcar do Brasil.

Neste contexto, vê-se bem o significado e a posição das colônias. Elas se devem constituir em retaguarda econômica da metrópole. Pois que a política mercantilista ia sendo praticada pelos vários estados modernos em desenfreada competição, necessário se fazia a reserva de certas áreas onde se pudessem por definição aplicar as normas mercantilistas; as colônias garantiriam a auto-suficiência metropolitana, meta fundamental da política mercantilista, permitindo assim ao Estado colonizador vantajosamente competir com os demais concorrentes. (Novais, 1983, p.61).

Antes de examinarmos as linhas gerais do “exclusivo” metropolitano praticado pelo Estado português no Brasil, vejamos como Novais explica a importância do monopólio colonial para o triunfo do capitalismo:

Reservando-se a exclusividade do comércio com o Ultramar, as metrópoles européias na realidade organizavam um quadro institucional de relações tendentes a promover necessariamente um estímulo à acumulação primitiva de capital na economia metropolitana a expensas das economias periféricas coloniais. O chamado “monopólio colonial”, ou mais corretamente e usando um termo da própria época, o regime do “exclusivo” metropolitano constituía-se pois no mecanismo por excelência do sistema, através do qual se processava o ajustamento da expansão colonizadora aos processos da economia e da sociedade européias em transição para o capitalismo integral (Novais, 1983. P. 72).

Logo nos primeiros contatos que mantiveram com os indígenas que viviam em terras do litoral brasileiro, os portugueses começaram a explorar o pau-brasil. Mas o comércio dessa madeira foi desde logo considerado “estanco” ou um direito que cabia apenas à Coroa, a qual podia transferir a particulares através de arrendamento.

Para dar início à exploração comercial das terras brasileiras através da atividade açucareira, o governo português instituiu o regime de Capitânicas Hereditárias, oferecendo vantagens aos donatários em troca dos investimentos que se faziam necessários para a organização do plantio da cana e da produção do açúcar. Mas não abriu mão da “exclusividade dos navios portugueses no comércio da florescente colônia”, fonte de lucro para os empresários metropolitanos. Somente embarcações portuguesas estavam autorizadas a fazer o comércio triangular: levar mercadorias da Europa para a África, ali encher os porões de escravos e, no Brasil, substituir essa carga por açúcar a ser levado para os mercados europeus.

Outra atividade cujo êxito impôs um rígido controle da metrópole portuguesa sobre a colônia foi a mineração. Como o interesse pelos metais preciosos esteve presente desde o início da exploração econômica das terras brasileiras, o governo se antecipou à descoberta das jazidas criando leis regulatórias. Com o início da exploração uma série de medidas adotadas visava salvaguardar o “exclusivo” metropolitano. O controle sobre as áreas das jazidas, a cobrança de impostos, a criação das casas de fundição, a proibição de circulação do ouro sob outra forma que não fosse barra, foram algumas delas.

Além do controle de áreas da costa africana para a obtenção de escravos e do monopólio do tráfico negreiro, um dos mais importantes fatores de transferência de rendas para a metrópole, o governo português adotou ainda um conjunto de medidas visando a tornar mais eficiente seu domínio e afastar a concorrência, como a criação de um Conselho Ultramarino e de Companhias de Comércio, a regulamentação da presença de estrangeiros, a proibição do comércio inter-colonial e de manufaturas nas colônias.

Na prática, o pacto colonial que regulava as relações entre metrópoles

e colônias e funcionava, grosso modo, com um pólo (colônias) fornecedor de matérias-primas e produtos agrícolas e outro (metrópoles) representado pelos centros manufatureiros, se justificava através de rico substrato teórico. “Em inúmeros documentos da época, redigidos por estadistas, legisladores e intelectuais, são declarados, com todas as letras, os princípios que deviam reger essa prática.”

Um deles, datado de 1776, e assinado pelo Ministro português, Marquês de Pombal, é bastante esclarecedor do papel reservado às colônias, de acordo com os princípios do sistema colonial:

- 1º) as colônias devem estar debaixo da imediata dependência de proteção dos fundadores;
- 2º) o comércio e a agricultura delas devem ser exclusivos dos mesmos fundadores;
- 3º) aos fundadores pertencem também privativamente “os úteis provenientes da agricultura, comércio e navegação” das colônias;
- 4º) para que prestem a utilidade desejada, as colônias não podem ter o necessário para subsistir por si sem dependência da metrópole;
- 5º) quando entretém algum comércio com estrangeiros, tudo o que importa esse comércio clandestino e essas mercadorias introduzidas é um verdadeiro furto que se faz à respectiva metrópole e um furto punível pelas leis dos respectivos soberanos [...];
- 6º) portanto, não atentam contra a liberdade do comércio as potências que o restringem nas colônias a favor dos seus vassalos, e todo o governo que por indiferença tolere nos seus portos a contravenção dos cinco princípios anteriores pratica “uma política destrutiva do comércio e da riqueza da sua nação. (Lapa, 1991, p. 22/23)

Cabe observar que, enquanto vigorou, o sistema colonial e o seu regime do “exclusivo” metropolitano não impediram a formação nas colônias de um mercado interno, a ocorrência de relações comerciais entre colônias de diferentes metrópoles e não afastaram totalmente o contrabando.

Enfim, tendo desempenhado um papel chave na acumulação dos capitais que tornaram possível a Revolução Industrial, o sistema colonial começou a tornar-se incompatível com as novas exigências advindas da vitória do capitalismo e entrou em crise. Vejamos um pouco sobre o assunto, lendo parte de um texto relativo ao tema, reproduzido do livro *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, de Emilia Viotti da Costa.

Crise do Sistema Colonial

“O fato das colônias inglesas, espanholas e portuguesas conquistarem sua independência depois de mais de três séculos de dominação colonial em movimentos sucessivos, a partir da segunda metade do século XVIII e durante a primeira metade do século XIX, sugere a existência de determinações gerais que transcendem os quadros nacionais.

A questão que se impõe é porque se tornou impossível manter o tradicional sistema de relações entre metrópole e colônia. Que circunstâncias teriam levado à crise do sistema colonial tradicional? A resposta a essa questão pressupõe a compreensão do sistema colonial. A descoberta e a exploração das colônias européias na América, relaciona-se de um lado com a formação do Estado Moderno, centralizado e absoluto e de outro com o desenvolvimento de uma poderosa classe de mercadores e armadores que se associaram à Coroa nos empreendimentos marítimos e colonizadores. A empresa colonial refletiu essa aliança. A Coroa estava interessada na expansão dos seus domínios e no usufruto das rendas coloniais. Não contava, no entanto, com os recursos materiais e humanos para lançar-se a essa obra sozinha. Por isso, recorreu aos mercadores e aos banqueiros que, dessa forma, se associaram à colonização. Estes por sua vez necessitavam do apoio da Coroa para assegurar o controle dos mercados, condição essencial de acumulação do capital. A expressão teórica e prática dessa aliança entre a burguesia comercial e o Estado foi a política mercantilista.

O caráter restrito do mercado – tanto internacional quanto colonial – nos primeiros séculos depois da descoberta e os riscos do comércio transatlântico tornavam imperativa a criação de um regime de monopólios e privilégios que limitasse a concorrência e assegurasse os lucros tanto de mercadores quanto da Coroa.

Em consequência, os domínios de além-mar foram impedidos de comerciar livremente, obrigando-se a exportar seus produtos através da Metrópole, de onde importavam as manufaturas, cuja fabricação era proibida nas colônias. O sistema colonial assim montado, atendia a interesses metropolitanos, mas encontrava apoio nas colônias entre os grupos ligados à economia de exportação e importação.

O sistema colonial montado segundo a lógica do capitalismo comercial e em função dos interesses do Estado absolutista entrou em crise quando a expansão dos mercados, o desenvolvimento crescente do capital industrial e a crise do Estado absolutista tornaram inoperantes os mecanismos restritivos de comércio e de produção. Os monopólios e privilégios que haviam caracterizado o sistema colonial tradicional apareceriam então como obstáculos aos grupos interessados na produção em larga escala e na generalização e intensificação das relações comerciais. O extraordinário aumento da produção proporcionado pela mecanização era pouco compatível com a persistência de mercados fechados e de áreas enclausuradas pelos monopólios e privilégios. O sistema colonial tradicional passou a ser criticado. A teoria econômica foi reformulada e os postulados mercantilistas substituídos pelas teses do livre cambismo, mais adequadas ao novo estágio de desenvolvimento econômico e aos interesses dos novos grupos associados ao processo de industrialização. A transição é evidente nas regiões em que a

revolução industrial se processou precocemente. Na Inglaterra, Adam Smith, em 1776, criticava a política mercantil, condenava os monopólios, os tratados de comércio e o trabalho servil: bases do sistema colonial tradicional. Preconizava a adoção de um regime de livre concorrência e afirmava a superioridade do trabalho livre sobre o escravo. Da mesma forma, Jean Baptiste Say, num tratado de economia publicado em 1803, denunciava o caráter espoliativo do sistema colonial tradicional, frisando que as colônias, ao invés de trazerem benefícios para as Metrôpoles, eram onerosas. Obrigavam a despesas de manutenção de exército, burocracia civil e judiciária, construção de edifícios públicos e militares. Por outro lado, em virtude do Pacto Colonial, a Metrôpole ficava obrigada a comprar produtos inferiores e mais caros provenientes das colônias, ao invés de recorrer livremente a outros centros produtores.

Outros autores, como Raynal, focalizando o problema da perspectiva das colônias, mostravam os inconvenientes que resultavam do Pacto Colonial para os povos da América.

Uns e outros contribuíam para a desmoralização teórica do sistema colonial tradicional. Proscrito pela prática e pela teoria, o sistema que vigorava por três séculos estava prestes a ruir. Dois fatores retardariam o processo: os múltiplos interesses ligados à sua existência e a diferença de ritmo das transformações econômicas e sociais que ocorriam nas várias regiões da Europa e da América envolvidas no sistema colonial. Assim é, por exemplo, que enquanto na Inglaterra a Revolução Industrial preparava o caminho para uma nova teoria da colonização baseada na livre concorrência (o que se tornara mais fácil a partir da Independência dos Estados Unidos), em Portugal, onde a revolução industrial não chegara a produzir seus frutos, procurava-se reforçar o sistema tradicional. As novas idéias sobre política colonial só tardiamente encontrariam acolhida em Portugal e assim mesmo com numerosas reservas. (p. 19/21).

No quadro de concorrências e tensões que marcou a história da Europa desde a segunda metade do século XVII, Portugal conseguiu manter seus domínios ultramarinos, graças a uma política de neutralidade ante as disputas envolvendo países vizinhos e a aliança com a Inglaterra, poderosa nação da época.

Contudo, o grande ciclo das revoluções liberais aberto com a independência das colônias britânicas e a constituição dos Estados Unidos da América, em 1776, e que culminou com a Revolução Francesa de 1789, exigiu alguns ajustes na política colonial ultramarina portuguesa e, “mais particularmente na política econômica colonial portuguesa relativa ao Brasil no período que medeia entre o consulado pombalino e a abertura dos portos (1777/1808)” (Novais, 1983, p. 5).

Para um melhor entendimento, é importante lembrar que a admin-

istração do marquês de Pombal, encerrada em 1777, foi marcada por conquistas econômicas, sociais e políticas para o reino português e pelo “mais sério esforço levado a efeito pela metrópole portuguesa para por em funcionamento a exploração econômica do ultramar” e impedir a penetração mercantil estrangeira. A criação de Companhias de comércio com o direito de exclusividade sobre o comércio colonial foi uma das iniciativas da política pombalina.

Com o governo do marquês de Pombal começou tardiamente em Portugal o período conhecido como “Despotismo Esclarecido”, em que o rei e seus homens de confiança tinham a nobreza sob controle e poder absolutos para reformar não só o estado, mas também os costumes e a própria paisagem do reino. Foi um período de reformas modernizadoras, mas estava longe de ser liberal [...]

Esse lampejo de reformas terminou abruptamente em 24 de fevereiro de 1777, com a morte de D. José I, um rei fraco que tinha delegado a Pombal a tarefa de governar. Sua filha e sucessora, D. Maria I, a primeira mulher a ocupar o trono na história de Portugal, traria de volta ao poder a parte mais conservadora, piedosa e atrasada da nobreza [...] Pombal caiu no ostracismo [...] e Portugal se viu novamente prisioneiro de seu destino: o de um país pequeno, rural e atrasado, incapaz de romper com os vícios e tradições que o prendiam no passado, dependente de mão-de-obra escrava, intoxicado pela riqueza fácil e sem futuro da produção extrativista de suas colônias (Gomes, 2007, p. 64-65).

Mas, diante do aumento das pressões externas e internas e da sua conjugação, o Estado português foi forçado a reformular suas relações com a colônia, adotando uma política de aberturas. Premido externamente pelo desenvolvimento irreversível da revolução industrial e a conseqüente pressão pelo livre acesso aos mercados e internamente pelos grupos coloniais contrários à exploração metropolitana, o governo de D. Maria I extinguiu as companhias de comércio, suspendeu o estanco do sal e do contrato da pesca da baleia, procurou estimular o comércio intercolonial, a produção agrícola, a exploração mineral e a instalação de fábricas de ferro.

Enquanto o governo português implantava a reforma de sua política colonial, Napoleão Bonaparte buscava alcançar a hegemonia sobre a Europa avançando sobre o ocidente continental.

“Em 1807, o imperador francês era o senhor absoluto da Europa. Seus exércitos haviam colocado de joelhos todos os reis e rainhas do continente, numa sucessão de vitórias surpreendentes e brilhantes. Só não haviam conseguido subjugar a Inglaterra. Protegidos pelo Canal da Mancha, os ingleses tinham evitado o confronto direto em terra com as forças de Napoleão. Ao mesmo tempo, haviam se

consolidado como os senhores dos mares na batalha de Trafalgar, em 1805, quando sua Marinha de guerra, sob o comando de Lord Nelson, destruiu, na entrada do Mediterrâneo, as esquadras combinadas da França e da Espanha. Napoleão reagiu decretando o bloqueio continental, medida que previa fechamento dos portos europeus ao comércio de produtos britânicos. Suas ordens foram imediatamente obedecidas por todos os países, com uma única exceção: o pequeno e desprotegido Portugal” (Gomes, 2007, p. 33).

Sob a ameaça francesa de invasão do país, o príncipe regente D. João VI, com a ajuda da Inglaterra, transferiu a corte portuguesa para o Brasil, fato que acabou acelerando o fim do regime colonial. Antes de prosseguir vamos ler um trecho um do livro *História do Brasil Imperial*, na parte em que o autor, Luiz Roberto Lopez, fala sobre os motivos da vinda da Família Real ao Brasil:

A vinda da família real ao Brasil só pode ser bem entendida se tivermos em mente o contexto europeu da época. Inicialmente, é preciso lembrar que a idéia de usar o Brasil como refúgio eventual já era antiga. Em 1755, quando do terremoto que destruiu Lisboa e matou 40.000 pessoas, o governo português do marquês de Pombal já cogitara de semelhante alternativa.

No início do século XIX, ao aparecer Napoleão, o braço armado e agressivo de uma burguesia revolucionária de uma França que mal estava se organizando após o tumultuado período de radicalismo jacobino, as potências absolutistas se uniram para enfrentá-lo. A Inglaterra, que não contava com um exército forte, incentivou as alianças contra a França, resguardando-se de invasões com sua eficiente marinha. Para a Inglaterra, a luta contra Napoleão tinha um conteúdo mais econômico do que político-ideológico. Era, em resumo, uma luta entre duas burguesias pela hegemonia continental, isto é, pela conquista de mercados. A ascensão de Napoleão rompia o equilíbrio europeu e fazia periclitara a posição britânica de árbitro diplomático do velho mundo.

A diferença de natureza entre as lutas travadas por Napoleão pode ser medida pela diferença de tática nos dois casos: contra os países absolutistas, a força militar; contra a Inglaterra, ante a impossibilidade de invasão, o bloqueio econômico, o veto ao comércio inglês na Europa. Esse bloqueio continental, decretado em 1806, em Berlim, tornou-se, aos olhos da posteridade, uma evidência de que Napoleão atribuía à Inglaterra uma importância maior do que aquela que ele alardeava ao chamá-la “ilha de pescadores”.

Implantado o bloqueio, Portugal ficou numa situação difícil. A incômoda vizinhança francesa era uma ameaça ao território metropolitano e, contra isso, a Inglaterra nada poderia fazer. Tal fato funcionaria, talvez, como intimidação para obrigar o hesitante regente

português, D. João VI a aderir a Napoleão. Por outro lado, pesavam os vínculos econômicos seculares entre Portugal e Inglaterra e essa dependência certamente empurrava Lisboa para o outro lado. Afinal, desde o tratado de Methuen (1703), Portugal se transformara num definitivo importador de manufaturas inglesas e não haveria como alterar tal situação com a urgência exigida pela conjuntura política internacional. Assim, D. João VI hesitou, e sua hesitação traduziu bem o equilíbrio das forças em disputa. Quando Napoleão pressionou, exigindo o rompimento Portugal-Inglaterra e o confisco dos bens dos súditos britânicos em Portugal, D. João VI tentou acomodar a situação e simulou uma ruptura com os ingleses para ganhar tempo. Napoleão, porém, não se deixou iludir, pois tinha plena consciência de que Portugal era um trampolim britânico no continente. Em meio às confusões diplomáticas do ano de 1807, a situação foi se definindo aos poucos. A Inglaterra fez um acordo secreto com Portugal acertando a transferência da Corte para o Brasil e a entrega de um porto ao comércio inglês em Santa Catarina, o que, aliás, não foi posteriormente ratificado. Na verdade, os britânicos já estavam pensando no mercado brasileiro como um sucedâneo para a perda forçada do mercado europeu. Simultaneamente a esses fatos, a França e a Espanha assinaram o tratado de Fontainebleau, decidindo a ocupação e a divisão de Portugal e suas colônias. Em consequência desse tratado, Portugal foi invadido pelas tropas de Junot e a atitude drástica da França forçou D. João VI a por fim às suas hesitações e a fugir precipitadamente. (Lopez, 1982, p. 16/17).

Na sequência do trecho acima transcrito Lopez diz que “a presença da Corte do príncipe regente no Brasil criou condições concretas e objetivas para que a separação Brasil-Portugal se tornasse definitiva, assinalando o fim do sistema mercantilista”. O que justifica a afirmação?

Assim que desembarcou na colônia, D. João decretou a abertura dos portos brasileiros às “nações amigas”, o que pôs fim ao monopólio comercial português. Pelos termos do decreto, todos “os produtos estrangeiros estariam, daí por diante, liberados para ingressar no Brasil, isentos dos entraves monopolistas”. Segundo Gomes, a abertura dos portos foi uma medida inevitável.

Com Portugal e o porto de Lisboa ocupados pelos franceses, o comércio do reino estava virtualmente paralisado. Abrir os portos do Brasil era, portanto, uma decisão óbvia. Além disso, a liberação do comércio internacional na colônia era uma dívida que D. João tinha com a Inglaterra. Foi o preço que pagou pela proteção contra Napoleão, devidamente negociado em Londres em outubro de 1807 [...]

Ainda em Salvador, D. João aprovou a criação da primeira escola

de Medicina do Brasil e os estatutos da primeira companhia de seguros, batizada Boa Fé. Também deu licença para a construção de uma fábrica de vidro e outra de pólvora, autorizou o governador a estabelecer a cultura e a moagem do trigo, mandou abrir estradas e encomendou um plano de defesa e fortificação da Bahia”. (2007, p. 117-118).

Ora, como vimos no começo da nossa aula, o monopólio ou “exclusivo” metropolitano era a principal base de sustentação do sistema colonial do mercantilismo. O seu fim abalava o domínio econômico de Portugal sobre o Brasil e ajudava a colônia a lutar também pelo fim do domínio político.

Nos termos de Novais, a crise do sistema colonial derivou de um “conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles europeias” (p.13).

E o que veremos no nosso próximo encontro, quando vamos estudar a Independência do Brasil, é exatamente o desfecho da crise do sistema colonial na metrópole portuguesa.

Para completar nossa aula de hoje, vejamos, na descrição de dois jornalistas-historiadores, Laurentino Gomes e Eduardo Bueno, alguns fatos relacionados à saída de Portugal e a chegada ao Brasil dos membros da corte portuguesa.



A PARTIDA

A chegada da Corte Portuguesa no Brasil.
(Fonte: www.4.bp.blogspot.com).

O dia 29 de novembro de 1807 amanheceu ensolarado em Lisboa. Uma brisa leve soprava do leste. Apesar do céu azul, as ruas estavam tomadas pelo lamaçal, devido à chuva do dia anterior. Nas imediações do porto, havia confusão por todo lado. Um espetáculo inédito na história de Portugal se desenrolava sobre as águas calmas do Tejo: a rainha, seus príncipes, princesas e toda a nobreza abandonavam o país para ir viver do outro lado do mundo. Incrédulo, o povo se aglomerava na beira do cais para assistir à partida. Às 7h da manhã, a nau Príncipe Real

inflou as velas e começou a deslizar em direção ao Atlântico. Levava a bordo o príncipe regente, D. João, sua mãe, a rainha louca D. Maria I, e os dois herdeiros do trono, os príncipes D. Pedro e D. Miguel. O restante da família real estava distribuído em outros três navios [...]

Entre 10 000 e 15 000 pessoas acompanharam o príncipe regente na viagem ao Brasil. Era muita gente, levando-se em conta que a capital Lisboa tinha cerca de 200 000 habitantes. O grupo incluía pessoas da nobreza, conselheiros reais e militares, juízes, advogados, comerciantes e suas famílias. Também viajavam médicos, bispos, padres, damas de companhia, camareiros, pajens, cozinheiros e cavaleiros. Devido à pressa do embarque, a imensa maioria dos viajantes não foi registrada ou catalogada. O cálculo do número de passageiros é, portanto, baseado em relatos e estimativas da época [...] Embora o plano de fuga para o Brasil fosse antigo, a viagem foi decidida às pressas e executada de forma improvisada. Até uma semana antes da partida, ainda havia na corte de D. João alguma esperança de composição com Napoleão Bonaparte capaz de evitar a invasão de Portugal. Tudo isso caiu por terra no dia 24 de novembro, quando chegou s Lisboa a última edição do jornal parisiense *Le Moniteur*, órgão oficial de Napoleão, no qual o imperador francês anunciava que “a Casa de Bragança havia cessado de reinar na Europa”. [...] A notícia causou alvoroço [...] Não havia alternativa: ou a família real fugia para o Brasil ou seria destronada [...]

Durante três dias, o povo de Lisboa observou o movimento de cavalos, carruagens e funcionários do governo nas imediações do porto, sem entender o que se passava. A explicação oficial era que a frota portuguesa estava sendo reparada. Os mais ricos e bem informados, no entanto, sabiam perfeitamente o que estava acontecendo [...] Quando, finalmente, a notícia da partida se espalhou, o povo reagiu de forma indignada. Nas ruas havia choro e demonstrações de desespero e revolta [...]

Como fazer um discurso de despedida era impossível nas circunstâncias, D. João mandou afixar nas ruas de Lisboa um decreto no qual explicava as razões da partida. Dizia que as tropas francesas estavam a caminho de Lisboa e que resistir a elas seria derramar sangue inutilmente. Acrescentava que, apesar de todos os esforços, não tinha conseguido preservar a paz para os seus amados súditos. Por isso, estava se mudando para o Rio de Janeiro até que a situação se acalmasse. Também deixou escrito instruções sobre como os portugueses deveriam tratar os invasores. As tropas do general Junot receberiam as boas vindas da Assembléia da Regência, um conselho de governadores nomeado pelo príncipe. A assembléia tinha orientações para cooperar com o general francês e oferecer abrigo aos seus soldados [...]

Antes de embarcar, D. João teve o cuidado de raspar os cofres do governo – providência que repetiria treze anos mais tarde ao

deixar o Rio de Janeiro na viagem de volta a Lisboa. Em 1807, embarcaram com o tesouro real cerca de 80 milhões de cruzados. Representavam metade das moedas em circulação em Portugal, além de uma grande quantidade de diamantes extraídos em Minas Gerais que, inesperadamente, retornavam ao Brasil. A bagagem real incluía também todos os arquivos da monarquia portuguesa [...]

Os navios portugueses ainda estavam à vista no horizonte quando as tropas francesas começaram a entrar em Lisboa. Para trás, ficaram só tristeza e desolação. (Gomes, 2007, p. 67-78).

A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL

O dia amanheceu radiante. Desde a madrugada, a multidão se aglomerava no cais do largo do Paço, fitando a esquadra fundeada na baía de Guanabara. O desembarque, porém, só começou por volta das onze horas da manhã. Descontando-se os 45 dias passados na Bahia, a armada real estava em alto-mar havia dois meses. Ao longo dos 64 dias durante os quais aquelas oito naus, cinco fragatas, três brigues e trinta navios mercantes cruzaram o Atlântico, se uma tormenta por ventura afundasse a frota, faria submergir não apenas toda a dinastia de Bragança, mas boa parte da nobreza, do clero e da corte de um reino que partira para o exílio. Mas, singrando a mesma rota que Cabral seguira 300 anos antes – e sob a escolta de quatro navios de guerra britânicos –, aquele pedaço flutuante de Portugal desfrutou de uma viagem relativamente tranqüila.

Agora, na luminosa manhã de 8 de março de 1808, mais de dez mil nobres exilados se preparavam para pôr os pés em terra e iniciar não só um novo período para a história de Portugal, mas, principalmente, uma nova era para o Brasil. Pelos treze anos que se seguiram, D. João VI e sua corte viveram no Rio de Janeiro: de início, fugindo do avanço incontido de Napoleão; depois, tentando se esquivar do jugo britânico. Dias antes do desembarque no Rio, o Brasil já começara a se livrar dos grilhões coloniais. Em breve, seria um reino unido a Portugal. A seguir, um país independente.

O júbilo com que o povo do Rio se preparava para receber a família real não era, portanto, apenas fruto de uma suposta devoção monárquica, mas uma antecipação genuína pelas benesses que estavam por vir. E assim, no instante em que o futuro rei, sua mulher Carlota Joaquina, príncipes, cortesãos e até a rainha louca D. Maria, pisaram em solo carioca, o som dos clarins, o espocar dos rojões, o alarido do povaréu, o troar dos aplausos e dos urras e o clamor dos sinos ecoaram pela baía de Guanabara.

A procissão real seguiu por ruas cobertas de areia branca, juncadas de folhas de mangueira e de canela, por entre as filas da soldadesca perfilada, com uniformes de gala refulgindo ao sol, diante das casas enfeitadas com panos multicoloridos. A marcha a conduziu da rua Direita à do Ouvidor e dali à remodelada igreja do Rosário, onde se

rezou a missa para dar graças pela chegada à nova sede do reino de Portugal. (Bueno, 2002, p. 134).

CONCLUSÃO

Desde o início da colonização do Brasil os reis portugueses adotaram o direito de exclusividade na exploração das riquezas da colônia, em obediência aos princípios do Sistema Colonial da era mercantilista.

Dessa forma, quando o rei de Portugal mudou-se com a Corte para o Brasil e pôs fim ao monopólio comercial metropolitano, sua decisão afetou as bases do Sistema Colonial e ajudou a criar as condições para que o país alcançasse, mais tarde, a autonomia política.

RESUMO

Na fase de transição do feudalismo para o capitalismo, quando a atividade comercial se apresentava como principal fonte de acumulação de capitais, os países do Ocidente europeu disputavam entre si a posse de colônias que pudessem fornecer matérias-primas e produtos agrícolas de grande valor comercial. Seguindo princípios do Mercantilismo, as metrópoles monopolizaram os mercados das suas colônias no ultramar, praticando o direito de exclusividade na exploração das suas riquezas.

Foi essa a política que norteou as relações entre Portugal e o Brasil nos três primeiros séculos de colonização. Foi a partir dela que Portugal, não só escolheu o que se devia produzir inicialmente aqui, como encaminhou a forma de produção. Assim é que se organizou a atividade açucareira, a mineração, que se optou pelo regime de trabalho escravo e pela grande propriedade, por exemplo.

No começo do século XIX, quando a Europa já estava convulsionada por novas idéias, o capitalismo superara os resquícios do feudalismo e a concorrência assumia novas formas, a Família Real portuguesa foi forçada a transferir a Corte para o Brasil. O fim do monopólio português sobre o mercado brasileiro e as mudanças provocadas em diferentes domínios, criaram as condições para a luta pela autonomia política, pondo fim de uma vez ao sistema colonial tradicional.





ATIVIDADES

1. Explique o que entendeu sobre a relação entre o Mercantilismo e o Antigo Sistema Colonial.
2. Indique os principais motivos da crise do Sistema Colonial.
3. Assista ao filme Carlota Joaquina, de Carla Camuratti, sobre a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, e faça uma pequena sinopse, destacando o que é possível observar, no filme, dos elementos abordados no texto.
4. Faça uma pesquisa sobre a importância da vinda da Missão Artística Francesa para o Brasil.

REFERÊNCIAS

- BUENO, Eduardo. **Brasil: uma História**. São Paulo: Ática, 2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A crise do colonialismo luso na América portuguesa – 1750 | 1822. In: Linhares, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- FENELON, Dea Ribeiro (org.). **50 Textos de História do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: Holanda, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico**. V. 1. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1976. Tomo II.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **O Sistema colonial**. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios).
- _____. **O Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Primeiros vãos 8).
- LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil imperial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. (Série Revisão 8).
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 - 1808)**. São Paulo: Hucitec, 1983.
- PANTALEÃO, Olga. A presença inglesa. In: Holanda Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico**. V. 1. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1976. Tomo II.